



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROJETO DE LEI Nº 43/2025

(DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL E ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA, ATIVOS, INATIVOS E SEUS PENSIONISTAS, DE QUE TRATA O ART. 226 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 30 DE AGOSTO DE 2011, REFERENTE A 2025)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU NOS TERMOS DO ARTIGO 56, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica concedido aos servidores públicos municipais ativos, inativos e aos seus pensionistas, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, a revisão geral e anual dos vencimentos, referentes a 2025, para recomposição pelas perdas inflacionárias, o percentual de 4,87% (quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) referente ao INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de 0,13% (treze centésimos por cento), totalizando 5% (cinco por cento), nos termos do que dispõe o art. 226 da Lei Complementar nº 187, de 30 de agosto de 2011.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo 1º desta lei, as tabelas de vencimento, ficam automaticamente majoradas para todas as referências e padrões.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei onerarão as dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2025.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 24 de março de 2025.

DANIEL DAVID
PRESIDENTE

EMERSON PEREIRA
1º SECRETÁRIO

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

JUSTIFICATIVA

Considerando que o art. 37, inciso X, da Constituição Federal c/c art. 115, inciso XI, da Constituição do Estado de São Paulo, garantem aos servidores públicos o direito a revisão geral anual, observada a iniciativa privativa em cada caso.

Considerando a independência e separação dos poderes, prevista no art. 2º, da Constituição Federal.

Considerando o princípio da simetria aplicado na esfera municipal, quanto ao art. 51, inciso IV c/c art. 52, inciso XIII, todos da Constituição Federal, bem como, o art. 20, inciso III, da Constituição Estadual de São Paulo, que determinam exclusivamente ao Poder Legislativo Federal (Senado e Câmara), bem como a Assembleia Legislativa a competência privativa de iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração de seus servidores.

Considerando a competência exclusiva da Mesa Diretora da Câmara de Votuporanga para propor projetos que tratem sobre “criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação ou aumento da respectiva remuneração”, conforme art. 17, inciso X, alínea "d", da Lei Orgânica do Município de Votuporanga.

Considerando que o art. 226, da Lei Complementar nº 187, de 30 de agosto de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Votuporanga), prevê que a data-base para revisão geral dos servidores municipais será no mês de março em cada ano.

Assim, a Mesa Diretora encaminha à deliberação do Plenário desta Casa, o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a revisão geral e anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos municipais do Quadro de Servidores da Câmara Municipal, Ativos, Inativos e aos seus Pensionistas, referente a 2025.

Nos termos que estabelece o art. 226 da Lei Complementar nº 187 de 2011, o percentual da recomposição dos vencimentos pelas perdas inflacionárias no período a que se refere é de 4,87% (quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento), e o índice utilizado pela Câmara Municipal é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de 0,13% (treze centésimos por cento), perfazendo o total de 5% (cinco por cento) e contempla o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal que trata do direito dos servidores a revisão geral anual.

O reajuste proposto tem como base estudos de impacto financeiro e orçamentário, garantindo o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O percentual de reajuste visa manter o poder de compra dos servidores e reconhecer seu compromisso com o serviço público.

Para os fins do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, a estimativa do impacto orçamentário financeiro para o exercício de 2025 será de R\$ 400.694,26 (quatrocentos mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), em 2026 será de R\$ 505.594,14

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

(quinhentos e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos) e, para o ano de 2027 no valor de R\$ 531.818,02 (quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e dezoito reais e dois centavos).

Informamos ainda que as despesas provenientes deste projeto de lei têm adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o PPA – Plano Plurianual e com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Face ao exposto, colocamos à apreciação dos Nobres Pares o presente Projeto de Lei para que possa ser garantida essa revisão geral e anual a todos os Servidores Ativos, Inativos e aos seus Pensionistas desta Casa Legislativa.

DANIEL DAVID
PRESIDENTE

EMERSON PEREIRA
1º SECRETÁRIO

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

